

DIALOGANDO SOBRE OS SERVIÇOS INCLUSIVOS (NAPNE E AEE) NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS IFS, ALGUNS ESTUDOS E SEUS DIRECIONAMENTOS

Maria Brasilina Saldanha da Silva ¹

Maria Efigênia Alves Moreira ²

RESUMO

A temática sobre a inclusão traz discussões que causam inquietações aos que acompanham acerca das Políticas Públicas da Educação Especial na perspectiva da Inclusão nos Institutos Federais. O artigo trata sobre os serviços inclusivos, se estão sendo utilizados de forma assertiva para garantir o acesso, a permanência e o êxito dos alunos com Necessidades Específicas no contexto da Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais. Discute-se a respeito dos NAPNEs e o AEE. Objetiva identificar, dialogar e publicar a realidade dos trabalhos ofertados pelos Napnes nos IFs. Adotou-se abordagem qualitativa a partir de pesquisa bibliográfica por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura, realizada a partir das publicações de dissertações e teses em bases de dados científicas da área, em trabalhos pertencentes à rede federal dos IFS. Percebeu-se nos resultados que há garantia nas políticas para o acesso e permanência, contudo, encontra-se lacunas e fragilidades para o êxito desses alunos. O serviço dos NAPNEs, na maioria dos IFs, não assegura inclusão que garanta os tipos de **acessibilidade**: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

Palavras-chave: EPT, Inclusão, Napne, AEE

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz parte da dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional Tecnológica, cujo objetivo foi analisar a inclusão dos alunos com Necessidades Específicas nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, *Campus Jaguaribe*, a partir da atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e as consequências da ausência do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No Capítulo, “Dialogando com a literatura sobre a Política Pública da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: alguns estudos e seus direcionamentos.” dialogou-se com a literatura das teses e dissertações encontradas, principalmente nos Institutos Federais (IFs), para analisar, compreender, interpretar e entender o corpus de conhecimento produzido na área da educação inclusiva, tendo como foco as discussões em torno da temática políticas públicas da educação inclusiva, dos serviços realizados pelos NAPNEs e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Institutos Federais.

¹ Mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do IFPE - PE, maria.silva@ifce.edu.br;

² Doutoranda em Estudos Comparados de Literaturas de Línguas Modernas da Universidade Federal do Ceará - CE, efigenia.alves@ifce.edu.br;

A Inclusão é discutida, atualmente, em alguns espaços educacionais, constituindo-se como uma proposta que está em harmonia com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais, já que a educação é garantida como um direito de todos, sem distinção. (BRASIL 1988). Mediante a diversidade dos educandos, a partir da perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial passou a deixar de estar somente nas legislações e normativas e foi integrada na proposta pedagógica das escolas/instituições de ensino pressupondo, dessa forma, a materialização e a efetivação de uma política de acessibilidade que assegure o acesso, a permanência e o êxito dos discentes com Necessidades Específicas-NE.

Contudo, apesar de avanços e conquistas na área, os serviços inclusivos nas instituições federais, principalmente nos IFs, ainda estão sendo ofertados de forma descontextualizada ou mesmo fragilizada ao que se necessita para garantir a inclusão dos educandos com NE e ao que se está estabelecido nas legislações, desde os espaços físicos aos acompanhamentos pedagógicos. Logo, pensar em inclusão é também refletir sobre os investimentos e os recursos a serem disponibilizados às escolas/instituições, por meio das políticas públicas, para proporcionar espaços, não somente físico, mas também que desenvolvam a autonomia, capacidades e habilidades para uma vida mais independente é imprescindível que o direito à diversidade seja respeitado.

Diante do exposto, para fazer analogia da situação na inclusão nos IFs, surge a pergunta que acorçou a pesquisa, Quais as Políticas Públicas da Educação Especial na perspectiva da Inclusão que estão sendo utilizadas para assegurar uma educação inclusiva de qualidade aos alunos com NE nos IFs em vista do que se tem ofertado nos *campi* pelo trabalho realizado do NAPNE?

Partindo dessa definição, foi realizado o estudo exploratório em (teses e dissertações) como parte da dissertação “Educação Inclusiva: especificações para suporte inclusivo ao Núcleo de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) na Educação Profissional e Tecnológica, foram encontrados 70 trabalhos de fontes primárias (teses e dissertações) nas bases de dados pesquisadas: Banco de Teses e Dissertações do Portal da CAPES Portal de Periódicos da Capes e no Catálogo de teses da Capes, dos selecionados, 12 Teses e 58 Dissertações, desses foram incluídos 22 trabalhos: 2 teses e 20 dissertações. Sendo estas todas com escolha em pesquisas direcionadas aos trabalhos realizados nos Institutos Federais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Embora as instituições tenham avançado no processo de ensino inclusivo, os estudos sobre a temática ainda se encontram com viés de integração de espaço, de oportunidades e não de possibilidades baseadas no contexto das diferenças. Ainda se utilizam de práticas e mecanismos que transferem para os alunos com NE responsabilidades para se adaptarem à escola e não ao contrário com fundamentos na política da educação inclusiva. Dessa forma, é necessário que

os sistemas educacionais elaborem propostas e políticas de acessibilidade em que a diversidade, sobretudo a acadêmica, seja gerida, tendo com fins em que a diversidade e a diferença possam substituir a "normalidade", a "uniformidade", a "homogeneidade" que ainda norteiam tanto as práticas escolares. (FIGUEIREDO, p. 13, 2006).

Em decorrência, vários estudos foram realizados acerca do processo de inclusão, prioritariamente apresentaremos os pesquisados na RSL citada, em decorrência do que foi encontrado por pesquisadores em trabalhos realizados nos espaços das instituições de ensino federal, os IFs, tendo como foco as discussões em torno da temática Políticas Públicas da Educação Inclusiva, dos serviços realizados pelos NAPNEs e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nos Institutos Federais.

METODOLOGIA

O presente estudo, de natureza qualitativa, com caráter exploratório bibliográfico. Para Pavorone e Freitas (2013, p.70), na pesquisa qualitativa ocorre uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, entre o mundo objetivo e a subjetividade deste que não pode ser traduzido em quantidades, números ou meras técnicas estatísticas, é importante a interpretação dos fenômenos e a atribuição dos significados para compreensão do processo.

O trabalho seguiu o protocolo de revisão sistemática da literatura (RSL) embasado no modelo empregado por Neto (2021), apresentando três perguntas principais que foram respondidas por meio da leitura de teses e dissertações: Q¹-Quais as Políticas Públicas da Educação Especial na perspectiva da Inclusão existem para garantir a inclusão (acesso, permanência e êxito) dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas nos IFs? Q²- O que dizem os documentos oficiais da Educação Profissional Tecnológica nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio dos IFs sobre a Política da Educação Especial/inclusão? Q³-Qual o trabalho está sendo realizado no NAPNE aos alunos com Necessidades Educacionais-NE nos IFs?

A partir da busca acerca por descritores apresentados os resultados mediante aplicação de filtros nas bases de dados (Descritor ¹-"atendimento educacional especializado", "NAPNE" e "instituto federal"), (Descritor ²-"Políticas Públicas", "NAPNE" e "instituto"), (Descritor ³-"atendimento educacional especializado" e "instituto federal"), encontrou-se na *Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)* vinculada ao Instituto Brasileiro de Informações em Ciências e Tecnologia (IBICT), no *Catálogo de Teses e Dissertações (CAPES)*. Após a aplicação dos filtros do protocolo e a seleção dos trabalhos, fez-se estudos em 2 teses e 20 dissertações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 142), o levantamento bibliográfico é “[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema”. Destarte, nesse levantamento realizado, obteve-se uma visão amplificada das pesquisas sobre a inclusão e os recursos inclusivos no cenário educacional dos IFs. Apresenta-se abaixo uma compilação do diálogo com estudiosos e pesquisadores acerca dessa temática.

A pesquisa de Santos (2016) analisou quais ações político-pedagógicas são observadas a fim de garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Profissional Técnico de Nível Médio no IFAP, *campus* Macapá. A partir da análise documental do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do diálogo dos gestores entrevistados, foi identificado que, quanto às políticas públicas para o PAEE, o IFAP atende à criação dos NAPNEs.

Barrros (2016) investigou sobre a acessibilidade de estudantes surdos no IFAM, *campus* Maués. O ingresso dos alunos ocorre por meio de processo seletivo com cotas para PCDs, porém para atender às políticas da educação inclusiva o autor cita que ainda falta a efetivação das próprias políticas educacionais propostas pelo campus (PDI 2014-2018), pois “há falhas em suas “práxis” para atender de forma isonômica aos estudantes com deficiência da educação técnica.”.

Silva (2017) analisou a inclusão educacional como política pública instituída na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a partir das orientações do Programa TEC NEP e seus efeitos na construção dos regulamentos do NAPNE nos IFs da Região Nordeste. Segundo a análise dos documentos e das declarações dos vinte e nove coordenadores de NAPNE dos IFs que compõem a Região Nordeste, percebeu-se que o atendimento educacional especializado tem acontecido de forma improvisada e com alguns arranjos realizados no interior dos *campi*, há excessivas atribuições aos NAPNEs além de uma indefinição quanto à finalidade deste na Rede .

A pesquisa de Soares (2015) avaliou a realidade dos 17 (dezessete) NAPNEs dos *campi* do IFRN levando em consideração às diretrizes, à inclusão dos alunos com NE no mercado de trabalho a partir do Programa TEC NEP e sobre o acesso, e a permanência destes alunos no ensino mediante às ações desenvolvidas pelos NAPNEs. A partir da percepção de 13 dos 17 coordenadores de NAPNEs, foram constatadas muitas dificuldades desde a implantação e consolidação de uma educação profissional inclusiva às arquitetônicas, de ingresso e pouco envolvimento da administração, problemas de infraestrutura física, falta de recursos materiais e humanos, financeiro, entre outros ao que concerne à inclusão.

Freitas (2019) teve como propósito compreender como ocorria o processo de inclusão dos alunos surdos nos Cursos Técnicos de nível Médio na forma integrada do IFAM/CMC por meio de um estudo de caso. Na análise de dados deste estudo ficou evidente a necessidade de uma criação de uma política de capacitação profissional, acessibilidade pedagógica, comunicacional e atitudinal que precisa ser solidificada na instituição.

Em sua pesquisa, Oliveira (2018) procurou em um estudo de caso, compreender como ocorreram os processos de inclusão no contexto dos IFs sob a ótica do NAPNE do IFTM, campus Uberaba. A autora procurou refletir sobre a formação do professor para a educação inclusiva e a contribuição da formação continuada abordando a Tecnologia Assistiva (TA) e a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Serviços esses apontados que necessitam ser superados para que o NAPNE-*Campus* Uberaba possa realizar uma educação inclusiva de qualidade.

Costa (2016) procurou identificar como ocorre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas em 4 (quatro) *Campi* do Instituto Federal de Rondônia IFRO, quanto ao acesso, currículo, prática de ensino e estratégias de permanência na instituição. Para isso, fez análise documental e entrevista com professores, alunos com necessidades educacionais específicas, gestores e equipe multiprofissional que compõem o NAPNE. Os resultados indicam que a falta de educação para a diversidade evidenciou à exclusão e isolamento dos alunos bem como demandas de orientação e formação aos docentes e demais servidores, além da materialização correta das adaptações curriculares de pequeno e grande porte para que se possa efetivar medidas que promovam o acesso, a permanência e o êxito dos alunos PCDs nos *campi* em estudo.

Reis (2017) propôs em sua pesquisa revelar se e de que forma a Política de Inclusão contribui para a permanência dos alunos com deficiência no processo de ensino aprendizagem no IF Baiano *Campus* Guanambi. A partir dos dados da pesquisa, os participantes (alunos com NE, professores e gestores) revelaram que têm pouco conhecimento da política da inclusão, a implantação das ações de inclusão ocorre de forma lenta e limitada e há pouco envolvimento dos professores e gestores no processo para a implantação efetiva dessa política.

Medeiros (2017) procurou analisar como se constituiu o fazer pedagógico dos Professores de Educação Especial/AEE no Instituto Federal Farroupilha, realizando a pesquisa com 6 (seis) docentes que atuavam no AEE. A autora cita que há a necessidade de ampliar a quantidade desses professores na instituição, pois há uma sobrecarga de atribuições a esses profissionais bem como a falta de uma regulamentação específica da carga horária para o AEE. Logo, a intenção da pesquisadora foi provocar a instituição a repensar sobre esse trabalho realizado pelo o profissional do AEE para que haja a real efetivação desse atendimento institucionalmente.

Costa (2018), tratou em sua pesquisa compreender em que aspectos a vivência de um plano de ação de formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional de coordenadores do NAPNE do IFAC. Nas fases da pesquisa, aplicada para 5 (cinco) coordenadores, finalizou esta

somente com 1(um) participante devido a sobrecarga de trabalho destes no núcleo e no exercício da docência. Há também problemas com a alta rotatividade de coordenadores no NAPNE e a dificuldade na formação de uma equipe multiprofissional.

Gonçalves (2017) teve como propósito analisar quais os movimentos e experiências foram desenvolvidas na implementação da ação TECNEP no contexto do Instituto Federal de Farroupilha, no *campus* São Vicente do Sul. Na análise da pesquisadora sobre os pilares da política, a inclusão, a permanência e conclusão do curso dos sujeitos com necessidades educacionais especiais, observou-se que as barreiras atitudinal, arquitetônica, pedagógica e comunicacional foram quebradas a partir da implementação da ação TEC NEP desenvolvida pela colaboração da comunidade, da família e da participação dos gestores da instituição.

O trabalho de Macedo (2016) teve como objetivo perceber a inclusão no Ensino Superior a partir da atuação do NAPNE na perspectiva dos jovens com deficiência matriculados no IFCE, *campus* Fortaleza. Teve como participante uma jovem cega, curso Licenciatura em Teatro e revelou que há falhas no processo da matrícula na instituição, às expectativas dos deficientes em relação às ações do NAPNE; quanto à inclusão e acessibilidade não são atendidas, e que quanto a permanência e conclusão com êxito do curso, permanece dificultadas.

A dissertação de Bezerra (2018) observou o processo de inclusão de um aluno deficiente intelectual no Instituto Federal do Rio Grande do Sul, *campus* Caxias do Sul. A pesquisa realizada com os profissionais da educação informa que o ingresso dos alunos deficientes atende às políticas de inclusão institucional (Edital-cotas para PCDs), porém há falhas quanto a prática desta política inclusiva, apresenta-se fragilizada, por desconhecimento da própria política pelos os servidores ou por falta de estrutura (material ou humana). Além do agravante pela impossibilidade de atuação mais específica dos servidores em relação ao NAPNE devido a sobrecarga destes com outras atividades.

Abreu (2020) teve como propósito compreender as condições de acessibilidade e o processo de integração e/ou inclusão materializado no IFPE - *Campus* Recife, a partir das percepções de estudantes com deficiência e identificou-se a presença de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais. Revelando nessa pesquisa que o percurso formativo desses estudantes é marcado por violações, omissões e retrocessos.

A dissertação de Pessine (2015) buscou verificar a percepção da equipe gestora dos NAPNEs do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - IFRS sobre o processo de inclusão de Estudantes com deficiência atendidos na instituição e nesta, identificou-se como em outras pesquisas, como fragilidades a falta de espaço próprio para o Núcleo, falta de servidor com dedicação exclusiva para atuar nos trabalhos, falta de recursos humanos e não menos importante, quebra de barreiras arquitetônicas e atitudinais.

A tese de doutorado de Perinini (2017), ao investigar se as ações desenvolvidas pelo NAPNE dos *campi* Itapina e Santa Tereza do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, assegura as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes com NE na EPT integrada ao EM, dentre as análises realizadas, sobre as ações dos NAPNEs referente ao processo de inclusão, os *campi* referidos atendem ao preconizado nos documentos da política; na percepção dos alunos sobre ao acesso na EPT foi parcialmente atendido, e quanto a percepção dos demais sujeitos envolvidos na pesquisa, consideram o NAPNE ser importante para a instituição.

Noronha (2017), em análise sobre a formação dos docentes que atuam no Ensino Médio do Instituto Federal do Amazonas - IFAM para o processo de ensino dos estudantes da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, percebeu que há um número expressivo de docentes (50 participantes) da pesquisa (92% dos entrevistados), não realizaram nenhuma formação continuada acerca da Educação Especial, e relacionado ao NAPNE (72% conhece o núcleo, e 4% destes fizeram algum curso na área).

O estudo de Dall’Alba (2016) revelou que há um certo distanciamento das propostas e atribuições do NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM- Campus Manaus Zona Leste (CMZL) acerca do assessoramento e atendimento aos professores que atuam na Educação Profissional e Tecnológica, pois mais da metade (51%) dos professores pesquisados desconhecem as atribuições do Núcleo.

Foi objeto do estudo de Ramos (2016) analisar as legislações investigando as ações e condições de execução das políticas públicas destinadas às Pessoas com Necessidades Específicas-NE em um campus do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais - IFNMG, foi identificado o descompasso ao que se está previsto no PDI e as condições de execução das ações neste. Os discentes com NE pesquisados revelaram que houve avanço quanto ao ingresso por meio do sistema de cotas, porém quanto a permanência e o êxito na instituição, há escassez nas ações e serviços como a insuficiência na formação dos profissionais em educação inclusiva.

A tese de Maekava (2020) analisou o processo de inclusão dos discentes com deficiência dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal de São Paulo - IFSP a partir da percepção destes alunos, dos professores, coordenadores de cursos e os membros do NAPNE.

O trabalho na tese de Santos (2017) procurou saber como está sendo desenvolvido o serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em dois Institutos Federais na Bahia considerando a percepção de estudantes com deficiência visual, das famílias destes, os coordenadores dos NAPNEs e outros profissionais. Na fala dos pesquisados percebeu-se que há inexistência de espaço para a instalação do NAPNE em alguns *campi*, falta profissionais especialistas e com dedicação exclusiva para atuar nesse núcleo, não há padronização no serviço do AEE, ausência da participação da família na instituição.

Rocha (2016) teve como propósito analisar a concepção de Educação Especial nos Planos de Desenvolvimentos Institucionais - PDIs dos Institutos Federais- IFs a partir de categorias em relação entre a Educação Especial e as políticas de inclusão, a Educação Especial e acessibilidade, Educação Especial e os NAPNEs. Em relação aos NAPNEs, identificou-se nos documentos pesquisados que são os principais articuladores das políticas voltadas para a escolarização do Público-alvo da Educação Especial (PAEE) quando não são a única expressão da política e que esses núcleos atuam mais voltados para a questão da acessibilidade do que para as questões pedagógicas.

Observou-se, por meio dos estudos apontados nesta pesquisa (RSL), os desafios enfrentados pelos campi para que a inclusão seja entendida como uma política de acessibilidade para todos, pois o que se evidenciou foi que na maioria dos estudos apontados esta é transferida e cobrada por um núcleo que também, na maioria dos IFs, não tem suporte para atender a todos os tipos de acessibilidade: atitudinal, arquitetônica, comunicacional, instrumental, metodológica e programática.

Posto isto, conclui-se que os objetivos deste trabalho foram atingidos. As referências dos estudos e as lacunas apresentadas nestes servirão de suporte para motivar o desenvolvimento de trabalhos e investimentos na área da inclusão. Por fim, apesar dos desafios e lacunas na política de acessibilidade supracitados serem comuns na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ainda há uma escassez de pesquisas acadêmicas sobre a inclusão de pessoas com NE e mais especificamente sobre o serviço do AEE, e isso indica uma proposta para futuras investigações sobre esse tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na maioria dos trabalhos analisados, os (a) autores (a) revelam que constam nos documentos oficiais dos IFs a concepção da orientação inclusiva e direcionamentos para se realizar a inclusão das pessoas com NE, porém enfrentam dificuldades ao que se refere à interlocução dos profissionais que atuam nessas instituições, pois não há consenso na participação de todo o Instituto no processo de Inclusão; que o AEE apesar de existir na minoria destes, ocorre de forma improvisada e com alguns arranjos realizados no interior dos campi, há excessivas atribuições aos NAPNEs além de uma indefinição quanto à finalidade deste na Rede Federal, pois é retratado como a principal e única atividade desenvolvida e se deve repensar o papel deste núcleo e sua reestruturação.

Ainda como fortes indícios que fragilizam a inclusão nos IFs, citam-se que além dos problemas pedagógicos, há os contribuidores de dificuldades nas questões de estrutura física, a maioria dos NAPNEs e aos poucos espaços de AEE não há salas próprias para realizar os trabalhos, falta equipes multiprofissionais, materiais adequados às limitações devido às deficiências, falta de formação continuada aos docentes acerca da inclusão, e quanto ao acesso nos processos seletivos, falhas de comunicação e execução nas cotas dos editais.

Conclui-se que a inclusão ainda não ocorre na maioria dos IFs e que a exclusão é preponderante em grande parte nos discursos dos diversos atores envolvidos na área educacional. Entendimento que se leva a refletir historicamente como as pessoas com NE são vistas e compreendidas pelas suas limitações e não como pessoas que têm o direito à educação. E, essa representação têm-se sido reproduzida e compartilhada pela sociedade em todas as dimensões. Nesse sentido, considera-se que os estudos compartilhados dos(a) autores(a) bem como a análise realizada apresentem contribuições para se refletir os contribuidores para o exercício a exclusão e repensar os fatores fundamentais para se construir ambientes democráticos e que o público-alvo da Educação Especial possa interagir nesses espaços sem ter que está recorrendo a direitos, pois isso só ocorre porque existe a EXCLUSÃO.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146**, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

Acesso em: 23 ago. 2021.

BRASIL, Política Nacional Educação Especial-PNEE (2020), Disponível

em:<<https://www.gov.br/mec/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/pnee-2020/inclusao>>. acesso em: 07.abr.2022.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: 2011. Disponível

em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso

em: 20 ago. 2021.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência (estatuto da Pessoa Com Deficiência)**. Brasília, DF, Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em:

08 agost. 2021.

BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece As Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASÍLIA,DF,Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em: 21ago. 2021.

ABREU, Juliane Marques Santiago de. **Percepções De Estudantes Com Deficiência Sobre Integração, Acessibilidade E Inclusão No Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Pernambuco – Campus Recife**. 2020. 143f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica). Instituto Federal de Pernambuco, *Campus Olinda*. Programade Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Olinda, PE, 2020.

ALENCAR, Ligyane Karla de. **Políticas Públicas De Inclusão de Pessoas com Deficiência na Educação Profissional: Ações e Possibilidades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional). Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

BARROS, Maximiliano Batista. **Inclusão e educação profissional: a acessibilidade no Instituto Federal do Amazonas, campus Maués e sua influência na educação do estudante surdo**. 2016. 76 f. (Mestrado em educação). Universidade Federal do rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação Em Educação Agrícola, 2016.

BEZERRA, Querubina Aurélio. **O olhar dos profissionais da educação acerca dos processos de escolarização de estudante com deficiência intelectual em curso técnico integrado ao ensino médio**. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado) Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós- Graduação em Educação, Caxias do sul, 2018.

COSTA, Luana Ugalde da. **Desenvolvimento Profissional de Coordenadores do Napne do Instituto Federal do Acre**. 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro, 2017.

COSTA, Michele Gomes Noé da. **A Inclusão pelo Olhar do Incluído: A Acessibilidade nos Campi do Instituto Federal de Rondônia (IFRO)**. 2016. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Educação Escolar.). Fundação Universidade Federal de Rondônia/UNIR, 2016.

DALL'ALBA, Jacira. **A inclusão no contexto dos Institutos Federais de educação: contribuições do Núcleo de apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais-NAPNE do IFAM/ Campus Manaus Zona Leste**. 2016. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Zona Leste, 2016.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. **Escola diferença e inclusão**, [organizadora]. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FREITAS, Cesar Gomes De Freitas. **Realidade e Perspectivas do Ensino Tecnológico para Pessoas com Deficiência na Amazônia Ocidental: O Caso do Instituto Federal do Acre**. 2017. 137f. Tese (Doutorado). Instituto Oswaldo Cruz, Pós-Graduação em Biociências e Saúde, 2017.

FREITAS, Cristiane Rodrigues. **A Inclusão de Alunos Surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: E Agora, o Que**

- Fazer?** 2019.137f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas Campus Manaus Centro, 2019.
- GONÇALVES, Lizandra Falcão. **Ação TECNEP: Movimentos, mediações e implementações da política de inclusão no IFFAR, Campus São Vicente do Sul, 2017.** 142f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, RS, 2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MACEDO, Marcília Maria Soares Barbosa. **Núcleo de Acessibilidade às Pessoas Com Necessidades Educacionais Específicas (Napne): a Inclusão na Perspectiva dos Jovens com Deficiência.** 2016. 111f. Dissertação (Mestrado Profissional. Em Planejamento e Políticas Públicas.). Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, Ceará. 2016.
- MAEKAVA, Fernanda da Silva. **Os desafios do processo de inclusão no Instituto Federal de São Paulo sob o olhar de estudantes com deficiência, professores e membros do NAPNE.** 2020. 136f. Tese (Doutorado). Universidade estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020.
- MARTINS, Ronaldo Meireles. **A educação profissional e Tecnológica de alunos com deficiência visual no IFPA Campus Tucuruí – História de vida dos Egressos.** 2019. 87f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, *Campus* Manaus, 2019.
- MEDEIROS, Bruna de Assunção. **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Instituto Federal Farroupilha: desafios da educação inclusiva.** 1.ed. Curitiba. Appris, 2019.
- MEDEIROS, Bruna de Assunção. **O Fazer Pedagógico do Professor de Educação Especial/Aee no Instituto Federal Farroupilha: Desafios da Inclusão.** 2017. 160f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Programa de PósGraduação em Educação em Educação Especial, RS, 2017.
- NETO, Antônio Ferrão Paiva Pinto. **Desing thinking na prática pedagógica: um guia didático para a educação profissional e tecnológica.** Disponível em: <<https://releia.ifsertao-pe.edu.br/jspui/handle/123456789/686>> Acesso em: 21. jan 2022.
- NORONHA, Lilian Freire. **Formação Continuada De Professores Do Ensino Médio Paraa Educação Especialna Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2017. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.). Instituto FederaldeEducação, Ciência e Tecnologia do AmazonasCampus Manaus Centro, 2017.
- OLIVEIRA, Maria Djanira de. **A INCLUSÃO NO CONTEXTO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: A Trajetória pedagógica do NAPNE/IFTM – Campus Uberaba.** 2018.100f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro-Campus uberaba-MG, 2018.

PERINI, Sanandrea Torezani. **Do direito à educação:** o núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas e a inclusão escolar no IFES. 2017. 227 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

PESSINI, Magali Inês. **As Políticas Públicas Inclusivas em Âmbito da Educação Profissional e Tecnológica: a Percepção da Equipe Gestora dos Napnes sobre o Processo de Inclusão de Alunos com Deficiência no IFRS.** 2015. 87f. Dissertação (Mestrado em Diversidade cultural e Inclusão Social). Universidade de Feevale, Novo Hamburgo-RS, 2015.

PRODANOV, Cristiano Cleber. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. Novo Hamburgo - Rio Grande do Sul – Brasil:Universidade Feevale. 2013.

RAMOS, Ismar Batista. **INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: uma avaliação a partir da visão dos profissionais e alunos de um *campus* do IFNMG.** 2016. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação Programa de Pós-graduação em Educação federal dos vales do jequitinhonha e Mucuri. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.Diamantina: UFVJM, 2016.

REIS, Andreia Rêgo da Silva. **Política De Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência no Instituto Federal Baiano –*Campus Guanambi.*** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós- Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. GESTEC - Campus I, 2017.

ROCHA, Vânia Meneghini da Rocha. **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: O que dizem os Planos de Desenvolvimento Institucionais?** 2016.162f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville. Joinville: UNIVILLE, 2016.

SANTOS, Fernanda Pereira. **QUALIDADE DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: A INSTITUIÇÃO, O ESTUDANTE E SUA FAMÍLIA.** 2017. 2012f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea. Universidade Católica do Salvador.2017.

SANTOS, Livia Maria Monteiro. **Interfaces entre a educação especial e a educação profissional: concepções e ações político-pedagógicas.** 2016. 101 f. Dissertação Mestrado em Educação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação Em Educação Agrícola, 2016.

SANTOS, Thiffanne Pereira dos. REIS, Marlene Barbosa de Freitas. As salas de recursos multifuncionais: um caminho para a inclusão.*in:* GLAP, Graciele;. GLAP Lucimara (Org.). **Políticas Públicas na Educação Brasileira: Desafios Emergentes.** Curitiba (PR): Atena Editora, 2017.

SILVA. Rosilene Lima da. **O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) nos Institutos Federais da Região Nordeste do Brasil: desafios políticos e perspectivas pedagógicas.** 2017. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade federal Rural do Rio de Janeiro. . Programa de Pós-Graduação Em Educação, Contextos contemporâneos e Demandas Populares. (PPGEduc). 2017.

SOARES, Gilvana Galeno. **A atuação dos núcleos de apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais no IFRN.** 2015.153f. Dissertação (Mestrado em Educação.) Universidade federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós- graduação em educação. 2015.